

**MAIS
FORÇA
PARA
VENCER**



**X CONVENÇÃO NACIONAL
DO BLOCO DE ESQUERDA
25 E 26 DE JUNHO DE 2016**

Assembleia Eleitoral: Assembleia Eleitoral de Matosinhos, que abrange os concelhos de Matosinhos.

Mesas de Voto:

a) Sede do Bloco de Porto, com a seguinte morada Rua Álvares Cabral, 77 R/C 4050 – 040 Porto, para os aderentes dos concelhos de Matosinhos;

Data e horário do ato eleitoral: 18 de junho, das 11 às 18h.

Mesa da Assembleia Eleitoral: A MAE é constituída pelos seguintes elementos: Bárbara Veiga, Rui Morgado, Joaquim Ferreira dos Santos, Sebastião Correia. Para qualquer esclarecimento, a MAE poderá ser contactada através do número 911031217 [Rui Morgado].

Votos por correspondência: Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede de Porto, com a seguinte morada Rua Álvares Cabral, 77 R/C 4050 – 040 Porto, até à véspera do dia da assembleia eleitoral e entregues nas mesas de voto a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais.

Listas de candidatos/as a delegados/as à X Convenção:

Moção A: Força da Esperança – O Bloco à Conquista da Maioria

1- Luís Silva, 945

2 - Sílvia Carreira, 9188

3- Jorge Sousa, 1239

4- Isabel Adriano, 4139

5- Luís Xavier, 9565

6- Rui Morgado, 6791

7- Estela Rodrigues, 595

8- Ferreira dos Santos, 646

9- Jorge Pereira, 343

10- Catarina Alves, 11441

11- José Miranda, 5076

12- Gonçalo Ferreira, 8568

13- Maria Luz, 740

Suplentes

14- *Rui Gil da Costa, 10309*

15- *Carlos Silva, 11443*

16- *José Estrela, 9410*

17- *Daniel Vitorino, 11084*

18- *António Marinho, 341*

19 – *Paulo Patrício, 11061*

Plataforma: Mais local, mais participado, mais democrático... Melhor Bloco de Esquerda!

1. Sebastião José da Cunha Torres Correia, 1971

A X Convenção do Bloco de Esquerda ocorre num contexto em que a importância do BE para influenciar as políticas do país passou a ser uma evidência para todos os portugueses, o que se traduz na maior onda de confiança no BE desde a sua fundação.

Ao mostrar clareza nas condições que apresentou para viabilizar uma solução governativa, que não era propriamente a sua, apareceu aos olhos das pessoas com uma maturidade inquestionável e aqueles que duvidavam da utilidade prática imediata de um voto no Bloco, tiveram a oportunidade de constatar que cada um desses votos fez a diferença.

Confiança e maturidade que se confirmaram após as eleições, em que o Bloco cumpriu exactamente com aquilo a que se tinha comprometido, não defraudando, ao contrário do que acontecia anteriormente, aqueles que nele votaram.

Um resultado eleitoral expressivo, mesmo em circunstâncias fortemente adversas, abriu espaço a novas políticas, só possíveis, é certo, com a acção convergente de muitas outras vontades e de outros partidos, mas com o Bloco a desempenhar um papel incontornável e decisivo em todo o processo.

Os subscritores desta plataforma foram, na última convenção, defensores convictos de que a solução para o país passaria por esta convergência que o Bloco, com sentido de responsabilidade, assumiu e que permitiu a viragem política que estamos a viver no país, mesmo tendo consciência do pouco que essa reversão da política introduzida pelos defensores de um país ao serviço dos donos da Europa ainda conseguiu. Travar a senda do extremismo liberal, recolocando a vida das pessoas no centro da política, era o passo a que o Bloco estava obrigado, pela sua natureza política e social. Está a cumpri-lo. É essa a primeira parte do caminho de regresso ao futuro.

Impõe-se agora que a Convenção trace uma orientação política eficaz e mobilizadora e eleja pessoas capazes de dar continuidade e aprofundamento a esse caminho de recolocar as pessoas no centro da política. Do debate das moções apresentadas resultará esse desenho estratégico e essas responsabilidades. Os subscritores desta plataforma participarão com empenho e frontalidade nesse debate.

Mas, se em relação à linha orientadora da política global estamos convencidos que esta Convenção irá reforçar a linha de actuação que o Bloco tem tido após as últimas eleições legislativas, continuando, dentro dos princípios assumidos, a assegurar a continuidade da política governativa que tem permitido repôr direitos às pessoas, há, no entanto, duas dimensões em que tememos que, tal como aconteceu com outras convenções, as mesmas sejam tratadas com excessiva superficialidade.

E se estas preocupações não se impuseram, na nossa avaliação, como exigência para apresentarmos uma moção global, não podemos, contudo, deixar de, em relação a outros temas, apresentar os nossos pontos de vista a todos os bloquistas no âmbito da Convenção, sob pena de nos estarmos a demitir das responsabilidades mais elementares como aderentes e activistas.

A primeira dimensão que nos merece aqui particular apreensão, e que ao fim de quase duas décadas de Bloco e centenas de críticas internas seria expectável encontrar uma evolução positiva, é a prática organizativa no dia a dia nos contextos de participação e tomada de decisões. A democracia interna está reduzida ao mínimo. As dinâmicas de decisão estão fechadas em pequenos círculos internos que a partir de um jogo formalmente legítimo mas pouco saudável em termos de cultura democrática mais profunda atira para a irrelevância o aderente comum. O debate de ideias é muitas vezes substituído pela mobilização pré-formatada para lógicas de disputa do poder interno absolutamente viciadas e empobrecidas. As lideranças das correntes internas parecem temer um Bloco que surpreenda, que irrompa para além do previsível e garantem entre si um misto de vigilância e de partilha de influência, retirando espaço real de participação democrática à globalidade dos activistas. Há nestas práticas um círculo vicioso que se está a eternizar e que é vital romper, até para o Bloco se afirmar em práticas políticas que o devem diferenciar do Partido Comunista.

A questão da democracia interna não se resolve com a criação de mais ou menos órgãos, de mais ou menos núcleos, de mais ou menos sedes. Tudo isso já foi tentado e tudo isso está previsto nos Estatutos do Bloco. O que falta é alterar a prática política e a prática organizativa. As contínuas suspeitas de "fraude" na utilização dos votos por correspondência deveriam fazer repensar a sua utilização e encontrar medidas alternativas. As repetidas críticas de falta de diálogo com as bases deveriam levar a uma alteração da política de comunicação do Bloco.

Entendemos, por isso, ser importante levantar as seguintes questões:

Em eleições para os órgãos do Bloco, o recurso ao voto por correspondência deverá ser a última solução. As coordenadoras deverão organizar os actos eleitorais de forma a permitir a todos os aderentes o voto presencial, mesmo que isso implique o desdobramento de mesas eleitorais ou a deslocação das urnas em função das áreas de residência dos aderentes, só sendo permitido o voto por correspondência aos aderentes dos concelhos onde não seja possível praticar o acto de forma presencial.

Os deputados terão de, pelo menos uma vez por mês, reunir em assembleia com os aderentes dos distritos por onde foram eleitos e atribuir a cada um deles um conjunto de outros distritos, onde não haja deputados eleitos, onde deverão reunir pelo menos de dois em dois meses com os aderentes locais.

A segunda dimensão em que sentimos necessidade de dar um contributo específico, pode considerar-se associada à primeira em muitos aspectos, e tememos que seja objecto pela Convenção de orientações simplificadoras, incapazes de responder às diferentes realidades. Referimo-nos ao trabalho local autárquico e ao desenvolvimento de candidaturas em freguesias e municípios. A XIII Convenção foi o exemplo claro da leviandade com que a política local e o trabalho autárquico têm sido tratados pelo Bloco de Esquerda.

Aliás, essa falta de consistência está absolutamente reflectida na forma como a moção do poder interno se debruça sobre as autárquicas: um simples ponto, com oito linhas, são o suficiente para se falar sobre autárquicas por parte dos subscritores da moção A, apesar de reconhecerem que as mesmas serão importantes para reforçar a intervenção quotidiana do Bloco.

E não trazem nada de novo. Insistem nas anteriores políticas de listas de cidadãos e de candidaturas independentes que, até ao momento, nada de consistente trouxeram ao Bloco, antes pelo contrário.

Se, efectivamente, queremos começar a ter uma linha política autárquica eficaz e ter eleitos no terreno que a possam executar, temos de criar as condições para a eleição desses representantes do Bloco de Esquerda. Não podemos esquecer que, no que às autárquicas diz respeito, o BE partiu vinte e três anos atrasado em relação aos demais partidos e, ao fim de dezassete anos, continua a não ter a representação autárquica que a sua influência a nível nacional deveria exigir.

Por outro lado, não podemos esquecer que as próximas autárquicas serão essenciais para a manutenção e aprofundamento à esquerda da solução governativa que o Bloco tem apoiado. Se queremos continuar a ter a possibilidade de influenciar a vida política do país, não podemos continuar com uma visão redutora do que são as eleições autárquicas.

O Bloco tem de estar preparado para responder a todas as solicitações que decorram das diferentes realidades, desde as listas de cidadãos, passando pela integração de cidadãos independentes, até às coligações propriamente ditas, sem descuidar a apresentação de listas próprias.

O Bloco tem de estar disponível para integrar coligações com outros partidos de esquerda, independentemente do seu número, desde que sejam asseguradas políticas que respeitem os princípios autárquicos do Bloco de Esquerda.

Assim, defendemos:

- 1.- O Bloco de Esquerda deverá, sempre e onde as condições o permitirem, apresentar listas próprias aos órgãos autárquicos.
- 2.- O Bloco poderá integrar nas suas listas cidadãos independentes, desde que a sua integração seja aprovada em assembleia de aderentes da respectiva área territorial.
- 3.- O Bloco poderá apoiar listas de cidadãos independentes
- 4.- O Bloco poderá integrar coligações com outros partidos de esquerda, se assim for a vontade dos aderentes locais.

Nas situações previstas nos pontos 3 e 4, o apoio ou a participação dependerá sempre do respeito pelos seguintes princípios ou linhas vermelhas:

- a) – as candidaturas terem por finalidade derrotar a direita no poder ou que ameace o poder.
- b) – os programas das candidaturas deverão contemplar os seguintes requisitos:

- orçamento participativo;
- fim ou não existência de empresas municipais
- aposta na reabilitação urbana;
- aposta nos contratos sem termo e fim dos trabalhadores a recibos verdes
- defesa da qualidade ambiental e implementação de políticas sustentáveis
- luta contra a municipalização da educação
- aposta na transparência e na participação cidadã na actividade autárquica

Os signatários desta plataforma estão convencidos de que uma estratégia clara assente em princípios inequívocos que respire uma cultura de liberdade, de participação e de democracia profunda não é uma utopia. É o ponto de partida essencial de uma esquerda que se quer de confiança. Baralhar este ponto de partida pode parecer apenas uma fragilidade mas é muito mais do que isso. É a raiz de contradições que destroem todo um projeto político a prazo. A história do século passado está cheia de exemplos disso. Importa aprendermos com esses erros.

SUBSCRITORES

Sebastião José da Cunha Torres Correia – A. 1971 – Matosinhos
Inácio Pereira da Costa – A. 2622 – Viana do Castelo
Maria Hermínia da Silva Esteves – A 811 – Viana do Castelo
Rui Rodrigues Marques – A 2318 – Viana do Castelo
Leonel António Gonçalves Ferraz – 2835 – Viana do Castelo